



ALFABETIZAÇÃO: discurso oficial e desdobramentos do Projeto Conquista Maceió para a recuperação e recomposição de aprendizagens

Vivian Souza Lima¹

Adriana Cavalcanti dos Santos²

Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo: O presente trabalho analisa os desdobramentos do discurso do Projeto Conquista Maceió e a produção de sentidos implicados com a sua operacionalização. O referido projeto foi proposto pela Rede Municipal de Educação de Maceió-AL enquanto ação política em resposta às demandas de recomposição de aprendizagens após o modelo de ensino remoto emergencial, ocorrido durante a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), em 2020, com o objetivo de recuperar e recompor as aprendizagens dos/as alunos/as da rede municipal em Língua Portuguesa e Matemática. A investigação de abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), do tipo Pesquisa Documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), analisa o discurso do referido projeto a partir da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados indicam que a parceria entre público e privado, presente no desdobramento do Projeto Conquista Maceió, segue os caminhos das políticas prescritas pelo Estado neoliberal antidemocrático, que aumentam as desigualdades educacionais em detrimento da indução de processos de alfabetização na escola que garantam o direito à aprendizagem da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Alfabetização; Projeto Conquista Maceió; Aprendizagem.

Introdução

Com a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), em 2020, a educação, em âmbito nacional, passou por adequações curriculares e pedagógicas, adaptadas ao modelo de ensino remoto emergencial (ERE), cujas interações docente-estudante-família deveriam ser permeadas pelo uso das tecnologias digitais (TIC). Essa necessidade de adequação e uso das TIC evidenciou as desigualdades sociais do Brasil e as dificuldades enfrentadas pelas redes públicas em manter contato criança-família-escola, além do baixo desempenho das crianças em processo de aprendizagem da língua escrita, alfabetização.

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Professora da Educação Básica do Município de Maceió-AL. Contato: viviansouza18@gmail.com

²Pós-Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto - Portugal. Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Contato: adricavalcanti@cedu.ufal.br

Em Maceió, com o retorno às aulas no modelo presencial em 2022, alunos/as e professores/as das redes públicas de ensino voltam à sala de aula em uma nova realidade, provocada pela organização do ERE: a) alunos/as não apresentaram habilidades necessárias à prática da leitura e escrita que deveriam ter sido desenvolvidas; e b) professores/as precisaram repensar suas práticas para atender a essas necessidades. Esse fato implicou em discussões políticas relacionadas à necessidade de recuperação e à recomposição das aprendizagens. Mediante esse cenário, levanta-se o questionamento: como vem acontecendo os desdobramentos do Projeto Conquista Maceió para a recuperação e recomposição de aprendizagens?

Assim, o termo recomposição passou a ser foco nas discussões relacionadas ao retorno às aulas presenciais na Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED). Contudo, o referido termo “ganhou destaque, após a compreensão de que não estamos recuperando, já que muitos alunos sequer tiveram a oportunidade de aprender durante o isolamento social, mas sim de recompor a aprendizagem” (DAMASCENO; CHAVES; DIAS, 2022, p. 7).

Nesse ínterim, tendo em vista o panorama em pauta, o presente trabalho³ tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos e os desdobramentos do discurso do Projeto Conquista Maceió (MACEIÓ, 2021), destinado à recuperação e à recomposição de aprendizagens.

O discurso é compreendido como uma maneira de interação verbal em contextos sociais, que não ocorre isoladamente, tratando-se de um evento comunicativo que envolve múltiplos participantes e influências culturais. Dito de outro modo, segundo Bakhtin (2015), o discurso é influenciado pelo ambiente social e histórico no qual está inserido. Partindo de uma natureza dialógica, surge como resultado de interações entre diferentes vozes e perspectivas, influenciado pelas relações de poder presentes na sociedade. Logo, o significado refere-se às diferentes vozes que podem surgir no discurso. Assim, pois, para Bakhtin (2015), a linguagem não é estática, estando em constante processo de (res)significação.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, assumimos uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), de natureza Pesquisa Documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI,

³O presente trabalho consiste em um recorte de uma dissertação de mestrado em andamento, cujo copus utilizado compõe o banco de dados do Projeto “Alfabetização: intervenções políticas e estratégias didáticas para recuperação das aprendizagens em Alagoas”, que recebe apoio financeiro Edital Fapeal nº 003/2022 – Auxílio à pesquisa - humanidades ciências humanas; ciências sociais e aplicadas; linguística, letras e artes.

2009). O objeto de análise consiste no Projeto “Conquista Maceió”, enquanto política pública desenvolvida na Rede Municipal de Educação de Maceió-AL. No discurso dessa política afirma-se que seu objetivo consiste em reforçar a aprendizagem dos/as alunos/as da rede municipal em Língua Portuguesa e Matemática.

Foram selecionados os seguintes documentos oficiais para a análise: Portaria N° 0296/2021 (MACEIÓ, 2021), de 08 de outubro de 2021, Portaria N° 0208/2022 (MACEIÓ, 2022), de 07 de junho de 2022, Portaria N° 046/2023 (MACEIÓ, 2022), de 10 de fevereiro de 2023, e o Caderno de orientações para o ano letivo 2022 (MACEIÓ, 2022).

Quanto à análise dos dados pesquisados, utilizou-se como técnica a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), realizada a partir dos conceitos de discurso e produção de sentidos dialógicos (BAKHTIN, 2015). A tessitura da reflexão sobre o projeto “Conquista Maceió”, como política educacional para a recomposição de aprendizagens no município de Maceió-AL, ancorou-se no seguinte aporte teórico: Bakhtin (2015), Höfling (2021) e Soares (2021). Na continuidade discursiva, o trabalho dialoga sobre “Alfabetização e recomposição de aprendizagens” e sobre “Projeto Conquista Maceió: discurso e produção de sentidos”. Em últimas palavras, são apresentadas as considerações finais.

2 Alfabetização e recomposição de aprendizagens

A aprendizagem da língua escrita, alfabetização, pode ser entendida como “[...] processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e escrita” (SOARES, 2021, p. 27). Nesse sentido, a criança durante o processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabético

“[...] aprende que a palavra oral é uma cadeia sonora independente de seu significado e passível de ser segmentada em pequenas unidades; aprende que cada uma dessas pequenas unidades sonoras da palavra é representada por formas visuais específicas- as letras” (SOARES, 2021, p. 43).

Na alfabetização, a mediação didático-pedagógica, entre outras abordagens, deve abranger as camadas da aprendizagem da língua escrita, entre elas “aprender o sistema de escrita alfabético, ler e escrever textos: usos da escrita, e contextos culturais e sociais de uso da escrita” (SOARES, 2021, p. 19); e, portanto, apresentar por meio do uso de diferentes gêneros textuais o sistema alfabético, para que, com isso, as crianças o aprendam e tornem-se capazes de ler e escrever com autonomia. Para que esse processo

aconteça, a mediação do outro (professor) ocupa lugar indispensável, incapaz de ser substituído pelo uso das TIC, sobretudo, em regiões do país em que a maioria das crianças da escola pública encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Como dito, no cronotopo da pandemia da Covid-19, as habilidades relacionadas à aprendizagem inicial da língua escrita em muitas escolas brasileiras não foram construídas no ciclo de alfabetização. Segundo a nota técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças”, do Todos Pela Educação:

Entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. Eram 1,4 milhão de crianças nessa situação em 2019 e 2,4 milhões em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever foi de 25,1% em 2019 para 40,8% em 2021. (2021, p. 2)

Nesse cenário, a proposta de recomposição de aprendizagens tornou-se um tema de debate importante no retorno às aulas presenciais, principalmente nos anos iniciais. Assim, o desenvolvimento de ações que procuram minimizar os impactos sofridos na alfabetização de crianças por todo o país, no âmbito das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, necessitam de um olhar cuidadoso e crítico.

Vale salientar que as políticas públicas são o Estado em ação, “[...] implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para os setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2021, p. 31). As políticas sociais têm como objetivo reduzir as desigualdades, e, nessa esteira, as políticas educacionais são políticas públicas de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não somente pensadas pelas suas instituições. As políticas sociais situam-se no interior de um cenário político/histórico, sendo comum a predominância das descontinuidades políticas.

3 Projeto Conquista Maceió: discurso e produção de sentidos

O projeto Conquista Maceió foi criado no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Maceió em 08 de outubro de 2021, por meio da portaria Nº. 0296/2021 (MACEIÓ, 2021), com o objetivo de “[...] ofertar, no contraturno escolar, aulas com metodologias e estratégias que visem a melhoria e recuperação das aprendizagens dos estudantes do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental que serão submetidos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb” (MACEIÓ, 2021).

No referido projeto foram definidas quatro ações centrais: 1) ofertar oficinas no contraturno escolar para complementar e recuperar as aprendizagens em Língua

Portuguesa e Matemática; 2) ofertar aulas para as turmas de 9º ano, em Língua Portuguesa e Matemática, a partir dos descritores do Saeb; 3) aplicar simulados da avaliação do Saeb para as turmas dos 2º, 5º e 9º anos; 4) realizar oficinas de planejamento e acompanhamento dos resultados das turmas que participam do projeto, com a participação da equipe pedagógica e professores (SEMED, 2021). Dentre essas ações, no que se refere ao processo de alfabetização, da segunda ação emerge o entendimento de que a preocupação com a aprendizagem da língua escrita desloca-se para o treino/preparação para a prova do Saeb. Em referência à quarta ação, o discurso do projeto não esclarece como tais ações serão implementadas a partir da intervenção da SEMED e das condições de trabalho do docente, contudo, afirma-se que sob a responsabilidade da SEMED, compete oferecer o apoio logístico por meio de orientação técnica, contratação de pessoal, transporte e alimentação.

Segundo a portaria Nº. 0296/2021 (MACEIÓ, 2021), cabe à escola operacionalizar cinco ações: 1) organizar os espaços para a realização das oficinas, dentro ou fora da escola; 2) realização de avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática; 3) mapeamento dos resultados por níveis de aprendizagem; 4) reenturmar os alunos para as oficinas, em agrupamentos flexíveis; 5) realização das oficinas no mínimo 3 vezes por semana, com 2 horas de duração, divididas em Língua Portuguesa e Matemática, de preferência em dias alternados. Essa operacionalização implica no entendimento de que a SEMED não se compromete em garantir espaços adequados, deixando a cargo das unidades escolares, desconsiderando que algumas dessas unidades não possuem espaços que possam ser utilizados para o referido projeto.

Em 07 de junho de 2022, por intermédio da portaria 0208/2022 (MACEIÓ, 2022), o projeto teve sua abrangência ampliada para os estudantes a partir do 2º ano do Ensino Fundamental, contudo, com o mesmo objetivo inicial, priorizando o atendimento aos alunos do 4º, 5º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Em suas ações houve modificação no Art. 3º Parágrafo II, retirando-se a orientação de que os aulas deveriam ser realizados a partir dos descritores do Saeb e substituindo o 9º ano por “turmas dos anos finais”. Todavia, embora, tenha se indicado de forma mais objetiva a inclusão de ações para a recuperação das aprendizagens das crianças do 2º ano do ensino fundamental, não são apresentadas explicitamente intervenções direcionadas à aprendizagem da língua escrita.

Em relação às ações da escola, a única alteração relaciona-se ao quantitativo mínimo de realização das oficinas, passando a ser 2 vezes por semana. Em termos de responsabilidade da SEMED, a mudança ocorrida está ligada à contratação de pessoal, transporte e alimentação, que foram excluídas, para a futura contratação de uma organização não governamental.

O projeto Conquista Maceió é indicado no Caderno de Orientações para o ano letivo de 2022 da SEMED como um atendimento de apoio pedagógico. O discurso governamental da referida política deixa em aberto a quem compete a responsabilidade da operacionalização de tal projeto, se seria uma organização escolar, com indicação de professores/as para aumento de carga horária com o objetivo de atender essa demanda ou vinda da secretaria, a partir de edital para seleção de profissionais da própria rede.

Em “resposta” ao questionamento sobre a referida operacionalização, em 10 de fevereiro de 2023, a Portaria Nº. 046/2023 (MACEIÓ, 2023) instituiu uma comissão de monitoramento e avaliação da parceria entre a SEMED e o Instituto Alicerce, que se apresenta como “[...] uma organização sem fins lucrativos que trabalha no contraturno escolar com foco na recuperação de defasagens escolares das redes públicas de ensino de todo o país” (INSTITUTO ALICERCE, 2023). A parceria tem o objetivo de realização de reforço escolar no contraturno, “[...] visando a recomposição das aprendizagens” (MACEIÓ, 2023). Logo, o referido instituto passaria a desenvolver as ações pedagógicas do projeto Conquista Maceió, a partir da contratação dos profissionais para atuação nas oficinas, denominados pelo instituto como “líderes”, que segundo o processo de seleção, não necessitam de formação específica na área da educação, apenas estar estudando uma graduação ou ser graduado em qualquer área profissional.

Diante do exposto, no entanto, ao analisar o discurso presente na política, pode-se perceber as ideologias e interesses da SEMED, que são moldados a partir do modelo de sociedade que se pretende construir e/ou perpetuar, distancia-se do compromisso político de garantir um processo de alfabetização que garanta o direito à leitura e à escrita.

4 Considerações Finais

Considerando que não existe neutralidade na política educacional, o projeto Conquista Maceió apresenta-se em um contexto neoliberal, na medida em que a retirada de autonomia e possibilidade de intervenção da SEMED, por intermédio da contratação do Instituto Alicerce, evidencia a proposta de Estado mínimo, procurando diminuir recursos e descentralizar gastos e ações em políticas sociais, entendendo as políticas educacionais como um recorte social, esse tipo de postura vinda do Estado contribui para a manutenção das desigualdades.

Assim como a ausência de diretrizes específicas para a recomposição das aprendizagens relacionadas à leitura e escrita, o discurso apresentado no referido projeto demonstra uma das perspectivas que atualmente permeia a maioria das políticas educacionais vigentes no Brasil.

Ao não explicitar a concepção de alfabetização da rede e/ou formas concretas de intervenção no segundo ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ano em que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) define como prazo-limite em que deverá ocorrer a alfabetização de crianças, a política decide silenciar questões primordiais à aquisição da leitura e escrita, ignorando as vozes dos sujeitos (BAKHTIN, 2015) essenciais a esse processo, desconsiderando uma multiplicidade de perspectivas em seu discurso, privilegiando uma abordagem técnica, que pouco contribui para o desenvolvimento de ações efetivas para a alfabetização.

Portanto, considerando a parceria entre público e privado, observa-se que a política educacional desenvolvida no município de Maceió-AL para a recomposição de aprendizagens relacionadas à alfabetização, segue os caminhos que o Estado neoliberal vem trilhando e que aumentam as desigualdades educacionais. A partir da precarização dos processos educativos, com a contratação de profissionais sem formação específica para a mediação das aprendizagens, retirada de autonomia da rede, a aprendizagem da escrita é reduzida à preparação para a prova Saeb, ausência de clareza na logística, responsabilização da escola por uma organização de espaço e silenciamento de discussões essenciais ao desenvolvimento da aprendizagem inicial da escrita.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DAMASCENO, Gerviz Fernandes de Lima; CHAVES, Edmilson Rodrigues; DIAS, Idalina Maria Sampaio da Silva Feitosa. Recomposição da aprendizagem: caminho e/ou possibilidade através do Programa Mais PAIC. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa** - EPEduc, Piauí, v. 05, n. 03, p. 01-17.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2021.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno de orientações para o ano letivo 2022**. Maceió: SEMED, 2022.

MACEIÓ. **Portaria nº 0296** de 08 de outubro de 2021, criou o projeto Conquista Maceió.

MACEIÓ. **Portaria nº 0208** de 07 de junho de 2022, ampliou o projeto Conquista Maceió.

MACEIÓ. **Portaria nº 046** de 10 de fevereiro de 2022, instituiu a comissão de monitoramento e avaliação da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação- SEMED e o Instituto Alicerce.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Brasil, v. 1, n. 1, jul de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351> . Acesso em: 16 out. 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetrar: toda criança pode aprender e a escrever.** 1 ed. 2ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota técnica: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças,** 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf> . Acesso em: 06 mai. 2023.